

COMEMORAÇÃO

Na apresentação do livro sobre o Bicentenário da Independência, presidente da entidade, Robson Braga de Andrade, enfatiza a força da democracia

CNI destaca solidez das instituições democráticas

» TÁISA MEDEIROS

Às vésperas das eleições e no mês em que o Brasil completou 200 anos de Independência, o debate sobre a democracia está no centro das atenções. O tema foi abordado no lançamento do livro *200 anos de Independência — a indústria e o futuro do Brasil*, organizado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e lançado ontem, em evento na sede oficial da entidade, em Brasília. O setor desempenhou papel crucial no desenvolvimento do país ao longo dos séculos, tornando o Brasil referência em produção e exportação dos mais diversos itens.

Ao destacar os 200 anos da Independência do país, o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, lembrou os motivos para comemorar — um deles, a solidez da democracia. “O Brasil tem algumas coisas que nos dão orgulho. Temos uma democracia sólida. As nossas instituições são sólidas. O Congresso Nacional, o Supremo Tribunal Federal (STF) são instituições sólidas. Os nossos tribunais são sólidos. O Exército, as Forças Armadas. Nós temos muitas instituições que dão esse arcabouço e essa segurança para a democracia brasileira”, frisou.

Andrade citou, ainda, as conquistas no âmbito da economia. “Veja a nossa indústria, o tamanho e a importância dela. O que representa a agricultura e a pecuária no mundo, ações que o Brasil tem feito, o desenvolvimento que o Brasil tem feito nesses anos, e tem muitas coisas que nos dão muitas alegrias”, ressaltou. “Por exemplo, o Sistema Único de Saúde (SUS) é um dos sistemas modernos e mais eficientes do mundo.”

O livro é um compilado de palestras realizadas por 22 especialistas e líderes políticos e empresariais que participaram do ciclo de seminários promovido pela CNI. Entre os articulistas estão o ex-presidente Michel Temer, a empresária Luiza Helena Trajano e a historiadora Lília Schwarcz.

Todos os artigos fazem análises em torno da trajetória da indústria e do Brasil ao longo dos últimos dois séculos, desde a proclamação

Gilberto Sousa/CNI



Temos uma democracia sólida. As nossas instituições são sólidas. O Congresso Nacional, o Supremo Tribunal Federal (STF) são instituições sólidas. O Exército, as Forças Armadas. Nós temos muitas instituições que dão esse arcabouço e essa segurança para a democracia brasileira”

Robson Braga de Andrade, presidente da CNI

da Independência. Além disso, traçam desafios e perspectivas para as próximas décadas.

A publicação e os seminários tiveram a curadoria do escritor e professor emérito da Universidade de Brasília (UnB) Cristovam Buarque, que já foi senador, ministro da Educação e governador do Distrito Federal.

Buarque também enfatizou a importância de lembrar as conquistas do país. “Às vezes, a gente esquece, angustiados que ficamos com a crise que atravessamos”, afirmou.

Educação

Em relação aos fracassos, Buarque mencionou a pobreza enfrentada por milhões de brasileiros, a concentração de renda e a educação. Segundo o ex-senador, houve consenso entre os participantes da iniciativa de que o caminho para superar as mazelas é o investimento na educação básica e a valorização do ensino profissional.

“Um dos erros foi a educação não ter recebido o devido cuidado desde o início da nossa

Independência. Nós não ensinamos todos os brasileiros a lerem o “Ordem e Progresso”. Dez milhões não são capazes de reconhecer a bandeira. Nós não conseguimos fazer a população alfabetizada para a contemporaneidade. O que implica não apenas saber ler, mas em falar apenas um idioma. Não é contemporâneo um país onde a população não é bilíngue”, argumentou.

Outro ponto de fracasso apontado pelo ex-senador foi o fato de não se ter um Estado suficientemente sólido. “Nós falhamos com o sequestro realizado algumas vezes na história da nossa democracia, e falhamos ao sequestrarmos a democracia pelas corporações”, salientou.

A obra propõe os desafios a serem vivenciados pelos brasileiros e quais medidas efetivas precisarão ser tomadas pelos próximos 100 anos — antes do terceiro centenário — para combater os problemas apontados e tornar o país uma nação mais justa. O livro pode ser acessado na íntegra pelo site portaldaindustria.com.br/cni/canais/200anos.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



A “sombra de futuro” de Simone Tebet

A pesquisa Ipec divulgada ontem mostra que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem chances reais de vencer no primeiro turno, com 48% das intenções de voto. O presidente Jair Bolsonaro (PL) aparece com 31%, uma diferença entre os dois é de 17 pontos percentuais. Ciro Gomes (PDT) tem 6% e Simone Tebet (MDB), 5%. A senadora Soraya Thronicke (União Brasil) e o candidato do Novo, Felipe D’Ávila, ficaram com 1%. Os demais candidatos foram citados, mas não alcançam 1% das intenções de voto. Até domingo, teremos chuvas de pesquisas, com diferentes metodologias e resultados contraditórios, porque o ambiente é muito volátil, com um contingente de 11% de eleitores dispostos a mudar de voto.

Para não chover no molhado, vamos tratar da disputa pelo terceiro lugar nas pesquisas, entre Ciro Gomes e Simone Tebet, que é muito importante, mesmo que a eleição não tenha segundo turno. É aí que entra a “sombra do futuro”, um conceito desenvolvido pelos militares britânicos para explicar o comportamento dos soldados ingleses e alemães nas trincheiras da I Guerra Mundial, que durou quatro anos. Começou em 28 de julho de 1914 e terminou em 11 de novembro de 1918, com a vitória da Tríplice Entente, formada por França, Inglaterra e Estados Unidos.

A Grande Guerra envolveu 17 países dos cinco continentes: Alemanha, Brasil, Áustria-Hungria, Estados Unidos, França, Império Britânico, Império Turco-Otomano, Itália, Japão, Luxemburgo, Países Baixos, Portugal, Reino da Romênia, Reino da Sérvia, Rússia, Austrália e China. Deixou 10 milhões de soldados mortos e outros 21 milhões de feridos, além dos 13 milhões de civis que perderam a vida. O conflito ganhou proporções catastróficas quando o Exército alemão, o mais moderno à época, rumou em direção à França, passando pela Bélgica, que era neutra. Isso fez com que a Inglaterra, aliada da Rússia, declarasse guerra à Alemanha.

O uso de novas armas, como o avião e os tanques, provocou uma carnificina. Milhares de homens morreram em bombardeios ou nuvens de gás tóxico. Em 1917, a Rússia se retirou do frente de batalha, e os revolucionários bolcheviques, com apoio de soldados e marinheiros, tomaram o poder. No mesmo ano, os Estados Unidos entraram na guerra ao lado da Inglaterra e da França e contra a Alemanha. A “Grande Guerra” chegou ao fim em 1918, com vitória dos aliados. A Alemanha foi obrigada a ceder territórios e ressarcir os países vencedores, sobretudo a França.

Guerra de posições

As principais táticas empregadas eram a guerra de trincheiras, ou guerra de posição, que tinha por objetivo a proteção de territórios conquistados; e a guerra de movimento, ou de avanço de posições, que era mais ofensiva e contava com armamentos pesados e infantaria motorizada. O conceito de “sombra de futuro” surge principalmente em razão do Natal de 1914, quando soldados alemães e britânicos interromperam os combates para comemorar o Natal, trocaram presentes e jogaram futebol.

A trégua espontânea ocorreu em vários pontos das frentes de batalha. O estado-maior britânico estudou o fenômeno e chegou à conclusão de que os episódios ocorreram porque a “sombra de futuro” dos soldados, que sonhavam com o fim da guerra e a volta à vida civil, era maior do que a de seus governantes e comandantes militares. Mais importante do que ganhar a guerra era sobreviver nas trincheiras, até o armistício.

Podemos aplicar o conceito à disputa pela Presidência da República. A “sombra de futuro” do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por exemplo, é menor do que a dos demais candidatos, embora sua expectativa de poder seja maior até do que a do presidente Jair Bolsonaro, que disputa a reeleição. Às vésperas de completar 78 anos, se perder a eleição, Lula deixará de ser uma alternativa de poder; se ganhar, pode até não concorrer à reeleição. Bolsonaro, que tem 67 anos, se perder poder, poderá liderar uma oposição radical e robusta, com sede de vingança.

Ciro Gomes, que fará 65 anos em novembro, embora mais novo, corre o risco de ser marginalizado da política, caso sua candidatura seja volatilizada pelo “voto útil” a favor de Lula, pois será a quarta vez que disputa a Presidência, sem sucesso. Já Simone Tebet, com 52 anos, terá a maior “sombra de futuro”, porque é mais jovem. A senadora emergirá das urnas como a nova cara do MDB no plano eleitoral, mesmo “cristianizada” pelos velhos caciques da legenda. Será uma liderança natural da oposição moderada, em condições de construir um projeto para 2026, caso Lula vença no primeiro turno; se houver segundo turno, pode ter um papel ainda mais importante.

MINISTÉRIOS PÚBLICOS

Ações contra cargos comissionados

Nos últimos seis anos, o Supremo Tribunal Federal (STF) recebeu pelo menos 12 ações de inconstitucionalidade que questionam a contratação de funcionários comissionados nos Ministérios Públicos dos estados.

Os processos são movidos pela Associação Nacional dos Servidores do Ministério Público (Ansemp). A entidade argumenta que leis estaduais têm sido usadas para burlar a necessidade de concurso público.

A lei permite cargos comissionados para o exercício de atividades de direção, chefia ou assessoramento. A ideia é que as autoridades possam nomear funcionários em função de uma relação de confiança. Nesses casos, o concurso é dispensado.

Foram apresentadas ações contra os Ministérios Públicos do Amapá, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Paraíba, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Sergipe.

Até o momento, apenas duas ações foram julgadas pelo STF. O tribunal rejeitou o processo contra o MP do Rio Grande do Sul. Os ministros concluíram que, naquele estado, a criação de cargos comissionados

Rosinei Coutinho/SCO/STF



André Mendonça pediu vista em um dos processos sobre MPES

cumpriu os requisitos previstos na Constituição.

O Supremo também analisou o processo contra o Ministério Público da Paraíba. Nesse caso, o desfecho foi o oposto: o plenário mandou derrubar trechos da legislação estadual que estabelecia a reserva de um percentual mínimo de cargos comissionados e deu um ano para a

instituição adequar o quadro de funcionários.

O tribunal começou a analisar ainda uma terceira ação. No processo, a Ansemp questiona uma reforma legislativa que alterou as regras para criação de carreira e cargos de apoio técnico-administrativo no Ministério Público do Maranhão. O julgamento foi iniciado em agosto

no plenário virtual, mas acabou suspenso por um pedido de vista (mais tempo para análise) do ministro André Mendonça. Não há data para o STF retomar a votação, que depende da devolução do processo por Mendonça. Antes da interrupção, dois ministros votaram para declarar a mudança inconstitucional.

O andamento dos processos preocupa os Ministérios Públicos dos estados, que vêm articulando uma estratégia conjunta nas ações pendentes. O objetivo é que os processos sejam agrupados e julgados em bloco.

A Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp) já pediu ao STF que reúna os processos. Se o pedido for aceito, todas as ações devem ser encaminhadas por prevenção ao gabinete do ministro Kassio Nunes Marques.

No fim do mês passado, o procurador-geral de Justiça de Santa Catarina, Fernando da Silva Comin, criticou as ações em uma sessão ordinária do Colégio de Procuradores de Justiça. Ele disse que mais de 900 cargos de assistente de Promotoria e Procuradoria correm o risco de ser extintos no MP catarinense se a ação for aceita pelo STF.